

Justiça em

Edição 60
Ano XI - agosto 2017



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

LIVROS ELETRÔNICOS

Como a nova
tecnologia está
afetando o nosso
modo de leitura



NESTA EDIÇÃO

Laboratório de Inovação

Intérpretes Forenses

Inclusão de pessoas com deficiência

Dislexia do desenvolvimento

Subseção de Barueri

Eventos, Cultura e Lazer

INOVAJUSP NOS EUA

O Programa de Gestão e Inovação - iNovaJusp foi selecionado, dentre mais de setenta projetos do mundo todo sobre gestão do Judiciário, para participar do Congresso Internacional Excelência em Escala Global, um evento promovido pela International Association for Court Administration (Iaca) em parceria com a National Association for Court Management (Nacm), em Washington D.C., nos Estados Unidos, entre os dias 9 e 13 de julho. Foi uma valiosa oportunidade de mostrarmos ao mundo as medidas que estamos adotando para aprimorar a Justiça brasileira por meio dos conceitos existentes no iNovaJusp, de governança colaborativa e gestão inovadora.

O programa foi também apresentado por mim e pela vice-diretora do Foro, juíza federal Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, ao Federal Judicial Center (centro de treinamento da justiça federal norte-americana) e ao embaixador do Brasil nos EUA, Sérgio Silva do Amaral, com a presença da presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal Cecília Marcondes.

Sob o tema “Excellence on a Global Scale” (excelência em escala global), o Congresso teve quase 800 partici-

pantes de 45 países, e, além de oferecer diversas palestras sobre gestão judiciária e uma feira de serviços, serviu para a troca de experiências entre os juizes e profissionais diversos que administram tribunais de vários países e enfrentam desafios no dia a dia do serviço público. A agenda de conferência incluiu sessões plenárias e mais de 48 sessões exclusivas, com assuntos como: igualdade de acesso à Justiça; governança e liderança do tribunal; tecnologia e sua implantação; promoção do estado de direito; independência e responsabilidade do Poder Judiciário; espaço, instalações e segurança.

Em nossa apresentação, procuramos mostrar o caminho adotado por esta gestão, que busca a modernização da Justiça brasileira, sempre alinhada ao desenvolvimento de projetos inovadores em gestão pública, com o fim de solucionar problemas e promover mudanças na operacionalidade das atividades, propiciando melhores resultados ao serviço público prestado.

Um dos pontos relevantes deste programa está em nosso Laboratório de Inovação – iJuspLab, o primeiro da Justiça brasileira, inaugurado no último dia 12 de junho. Nele, já realizamos algumas reuniões com a equipe de ino-

vação, nas quais estive presente juntamente com a vice-diretora do Foro, juíza federal Luciana Ortiz Zanoni, onde recebemos um treinamento ministrado pelo professor Álvaro Gregório, que teve como objetivo ensinar aos participantes os conceitos de “design thinking” para a área de serviços (leia matéria completa na página 3).

A Administração central já está sentindo efeitos concretos do iNovaJusp por meio de melhorias em seus procedimentos internos, da democratização de seu procedimento de tomada de decisões e do aperfeiçoamento de sua comunicação institucional. Por isso, acreditamos que estamos no caminho certo.

Por fim, seguem os assuntos que serão abordados nesta edição da Justiça em Revista: livros digitais – o novo conceito de leitura; primeiro Laboratório de Inovação do Judiciário; atuação do intérprete forense na Justiça Federal; inclusão e respeito à pessoa com deficiência; o que é dislexia; 44ª Subseção de Barueri e muito mais.

Boa leitura!

Paulo Cezar Neves Junior



Paulo Cezar Neves Junior
Juiz Federal Diretor do Foro

Luciana Ortiz Zanoni
Juíza Federal Vice-Diretora do Foro
(capital)

Renato Barth Pires
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro
(interior)

Ana Lúcia C. A. Pereira
Diretora da Secretaria Administrativa

Ricardo Acedo Nabarro
Diretor do Núcleo de
Comunicação Social

Seção de Multimídia e Audiovisual
Hélio C. Martins Júnior (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa

Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim
Mariana Galluzzi de Sá

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175/6174

Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

O PRIMEIRO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DO JUDICIÁRIO

O conceito de laboratório nos faz pensar em um local equipado com aparelhos e materiais destinados a experiências, pesquisas, testes, criação e novas descobertas. Essas mesmas ideias foram incorporadas ao trabalho da Justiça Federal da 3ª Região com a instalação do Laboratório de Inovação – o iJusLab, inaugurado no dia 12 de junho deste ano.

Instituído pela Portaria nº 10/2016 da Diretoria do Foro, o iJusLab é o primeiro laboratório de inovação do Poder Judiciário no Brasil. Ele representa uma nova forma de enfrentar os desafios do setor público, utilizando métodos diferentes dos tradicionais. “Trata-se de um espaço colaborativo e criativo para troca de conhecimento e ideias, com o objetivo de oferecer condições para que a inovação ocorra de forma contínua”, afirma o juiz federal Paulo Cezar Neves Junior, diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo.

A ideia do iJusLab surgiu em 2016, período em que a Justiça Federal de São Paulo enfrentava diversos desafios por conta da expressiva redução orçamentária, problemas com a centralização administrativa, dificuldades de comunicação (interna e externa), entre outros.

A juíza federal Luciana Ortiz Zanoni, vice-diretora do Foro, explica que o Laboratório também é um espaço de participação democrática. “Nele, juízes, servidores, operadores do direito e usuários da Justiça poderão desenvolver, com o uso de técnicas e metodologias próprias, projetos e ações que proporcionem um serviço público de maior qualidade”.

O funcionamento do iJusLab teve início com o treinamento da equipe de inovação, formada por magistrados e servidores da 3ª Região. O curso foi ministrado pelo professor Álvaro Gregório e teve como objetivo ensinar aos participantes conceitos de “design thinking” para a área de serviços.

“O design thinking é uma forma de enxergar os problemas complexos e as soluções com foco no indivíduo. É uma metodologia que consegue reunir pessoas com formação em diferentes áreas para atuarem juntas, cada uma na sua especialidade, o que é muito produtivo”, ressalta Álvaro Gregório, um dos responsáveis pelo projeto pioneiro iGovLab (laboratório de inovação do Governo do estado de São Paulo).

Os participantes foram capacitados para agirem como multiplicadores da

ferramenta ao aprenderem metodologias para inovação; técnicas para definição de problemas; identificação do público-alvo; geração de ideias e elaboração de protótipos com as soluções encontradas. Os laboratoristas foram divididos em três grupos e, ao final do treinamento, cada equipe apresentou um projeto para futura implantação na JFSP.

“No Laboratório, buscaremos resolver problemas que serão trazidos pelas varas, setores administrativos dos fóruns e áreas da Administração Central. E o mais importante, a solução contará com a participação do usuário dos nossos serviços, além de todas as áreas envolvidas com aquele problema, garantindo mais eficiência na solução”, frisa Paulo Cezar Neves Junior.

A criação do iJusLab contou com o apoio da presidência do TRF3, dos juízes, servidores, funcionários terceirizados, bem como o importante apoio financeiro da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Ajufesp). “Um projeto de inovação é construído por todos, a partir do engajamento das pessoas que têm vontade de mudar e melhorar. E nós encontramos isso na 3ª Região”, resume Luciana Ortiz. ■



Os laboratórios de inovação têm sido utilizados por empresas, organizações e pelo setor público em vários países. No Brasil, a inovação em governo já é uma realidade em diversos órgãos, com destaque para o iGovLab (laboratório de inovação do Governo do estado de São Paulo) que serviu de modelo para o iJusLab.

O iJusLab integra o Programa de Gestão e Inovação da JFSP, o iNovaJusp.

Acesse: <http://www.jfsp.jus.br/inovajusp/>

ACONTECEU – JUNHO/JULHO



IJUSPLAB - Foi inaugurado no dia 12/6 o Laboratório de Inovação da JFSP, localizado no Fórum Ministro Pedro Lessa, na capital. 



PJe - Entre os dias 10 e 12/7 magistrados e servidores do Fórum de Bauri participaram do curso sobre PJe.



BRIGADA - Dezesete pessoas participaram do treinamento de brigada de incêndio no Fórum de Jales, realizado em 23/5. Em junho foi a vez das Subseções de Guarulhos e Mogi das Cruzes receberem o treinamento.



INCLUSÃO – No dia 30/5 foi ministrada, no auditório da EMAG, a palestra “Atendimento inclusivo no setor público”, proferida pelo professor e pesquisador Rafael Dias Silva (USP). 



CAMPANHAS – A Cecon de Ourinhos promoveu a campanha “Desafio do Bem” e arrecadou 439 litros de leite e 25 latas de leite em pó para a instituição “Casa Arco-Íris”. No dia 26/5, o Fórum de Execuções Fiscais comemorou as doações recebidas para o Serviço Franciscano de Solidariedade – SEFRAS. A campanha foi promovida pelo juiz federal Paulo Alberto Sarno. 



OSASCO - Foi inaugurado no dia 27/6 o novo Fórum Federal de Osasco, agora localizado na Rua Avelino Lopes, 281/291, Centro. 

IMPROBIDADE - O juiz federal Heraldo Garcia Vitta participou como palestrante do workshop sobre improbidade administrativa. O evento aconteceu em 30/5 e foi promovido pela OAB/SP.

INOVAJUSP - O Programa de Gestão de Inovação da JFSP ficou em 1º lugar na categoria “Magistrados” do “II Prêmio Ajufe: Boas Práticas de Gestão”.

 Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na internet.



RIBEIRÃO PRETO - Aconteceu nos dias 22 e 23/6 a solenidade de comemoração pelos 30 anos de instalação da Subseção de Ribeirão Preto.



MEIO AMBIENTE - Nos dias 5 e 6/6 foram realizadas duas palestras no TRF3 em comemoração à semana do meio ambiente. 📺



FESTA – No dia 6/7 a 1ª Vara de São José dos Campos promoveu uma animada festa Julina com direito a comidas típicas e gincana.



OURINHOS - A Cecon de Ourinhos comemorou no dia 7/7 seu primeiro aniversário de instalação. Já foram realizadas mais de 200 audiências de conciliação.



LIMEIRA - Nos dias 28 e 29/6 foi realizado o primeiro mutirão de conciliação na Cecon de Limeira.



PERÍCIA – O JEF de São José dos Campos realizou no dia 30/6 um workshop sobre perícias médicas.



CONGIP - Em 21/6 aconteceu na capital mais uma reunião do Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (CONGIP).



NOVOS SERVIDORES - Nos meses de junho e julho novos servidores tomaram posse na Seção Judiciária de São Paulo.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – O juiz federal Renato Lopes Becho proferiu no dia 1/6 uma palestra sobre o novo Código de Processo Civil em um congresso realizado em Leiden, na Holanda.

DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no link correspondente.

26/07 - TRF3 DETERMINA O CUSTEIO DO TRATAMENTO DE BEBÊ NOS EUA

Desembargador determinou que a União encaminhe um bebê portador de Síndrome de Megabexiga Microcólon e Hipoperistaltismo Intestinal (MMHIS) ao exterior e custeie todo o tratamento que ele necessita junto ao Jackson Memorial Medical, em Miami, EUA, sob pena de multa de R\$ 10 mil por dia de atraso. 

25/07 - DECISÃO RECONHECE DIREITO À REINTEGRAÇÃO E REFORMA DE MILITAR COM HIV

A 11ª Turma do TRF3 reconheceu o direito à reintegração e reforma de um homem que foi diagnosticado com o vírus HIV quando prestava o serviço militar obrigatório. O autor da ação também terá direito ao pagamento dos soldos atrasados desde a desincorporação. 

20/07 - DETERMINADA INTERDIÇÃO DE PRÉDIO HISTÓRICO EM SP POR RISCO DE INCÊNDIO

A 10ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP determinou a imediata interdição e desocupação do edifício Queluz, localizado no bairro de Santa Ifigênia, na capital, devido ao risco iminente de incêndio apontado em vistorias realizadas no local. 

18/07 - JUSTIÇA EXTINGUE PROCESSO QUE BLOQUEOU BENS DE SÓCIO DA JBS

A 5ª Vara Federal Cível em São Paulo/SP extinguiu a ação popular proposta por dois cidadãos contra Joesley Batista, um dos donos da empresa JBS, referente ao suposto lucro obtido com a venda de dólares às vésperas da divulgação da gravação com o presidente Michel Temer. 

18/07 - LIMINAR MANTÉM EMPRESAS EM REGIME DE DESONERAÇÃO DA FOLHA DE SALÁRIOS

Desembargador do TRF3 concedeu tutela em agravo interposto pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para possibilitar às empresas a ela filiadas o recolhimento das contribuições previdenciárias sobre a receita bruta

(CPRB), nos termos da opção feita no início do exercício de 2017. 

12/07 - DECISÃO DO TRF3 MANTÉM REGISTRO DE MARCA DA CAVALERA NO INPI

A Segunda Turma do TRF3 deu provimento ao recurso da confecção Cavalaria para manter integralmente o registro de sua marca no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), que foi questionado pela confecção Espaço Sete Sete Cinco. 

07/07 - GARANTIDA VAGA A ESTUDANTE QUE TEVE MATRÍCULA INDEFERIDA POR FALTA DE FOTO

A Justiça determinou que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – Campus Piracicaba/SP - assegurasse o ingresso de um estudante que teve sua vaga indeferida por não apresentar duas fotos 3x4 no ato da matrícula. 

05/07 - AUDITORES DA RECEITA GARANTEM PROGRESSÃO FUNCIONAL E INDENIZAÇÃO

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional) garantiu na justiça a manutenção da progressão funcional de um grupo de servidores, que havia sido prejudicado pela Portaria 427/10 do Ministério da Fazenda. 

04/07 - UNIVERSIDADE TEM AUTONOMIA PARA DELIMITAR NÚMERO DE DISCIPLINAS POR PERÍODO

A Sexta Turma do TRF3 negou provimento à apelação em mandado de segurança de um estudante do Curso de Direito da Universidade Paulista (Unip), no qual solicitava a liberação para matricular-se em matérias pendentes em conjunto com matérias do décimo período. 

30/06 - TRF3 REVOGA PRISÃO DO EX-DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL PROTÓGENES QUEIROZ

Queiroz foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal, tendo a pena privativa de

liberdade sido substituída por prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana. Como o intimado não compareceu à audiência, teve a prisão decretada. 

28/06 - TRF3 SUBSTITUI PRISÃO PROVISÓRIA DE DIRIGENTES DA CBDA

A 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por maioria, concedeu parcialmente habeas corpus aos investigados na Operação Águas Claras, que estavam presos provisoriamente desde 6 de abril. A decisão substituiu a prisão provisória por diversas medidas cautelares. 

22/06 - NÃO É CRIME AMBIENTAL A MERA INTENÇÃO DE PESCAR EM LOCAL PROIBIDO

Seis pessoas acusadas pelo Ministério Público Federal de cometerem crime pela prática de pesca com petrechos proibidos foram absolvidas. O magistrado considerou que como não houve nenhum peixe efetivamente pescado, não há que se falar em crime ambiental. 

22/06 - HALTEROFILISTA CONSEGUE NA JUSTIÇA DIREITO DE PARTICIPAR DE TORNEIO

A Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos (CBLP) não tinha incluído o nome do atleta na carta de convocação sob o argumento de que ele não tinha participado da seletiva para obter o índice necessário ao Campeonato Pan-Americano de 2017. 

21/06 - TRABALHADORA INDÍGENA QUE ADOTOU CRIANÇA RECEBERÁ SALÁRIO-MATERNIDADE

A autora comprovou que é trabalhadora rural e apresentou certidão de seu casamento, na qual seu marido também é qualificado como trabalhador rural, e ainda um termo de compromisso de guarda do menor. 



A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE FORENSE NA JUSTIÇA FEDERAL

Especialista em tradução simultânea, o intérprete tem a função de transpor com o mesmo teor e significado as falas de um idioma para outro. A atividade exige domínio de vocabulário, regras gramaticais, gírias e expressões coloquiais, além de um rápido raciocínio, uma vez que sua atuação acontece de maneira paralela e concomitante.

Quando esse profissional atua no ambiente judiciário ele assume um importante papel, pois funciona como uma ferramenta no exercício do direito à ampla defesa no caso de réu estrangeiro que não domina o idioma português.

Na opinião do juiz federal Paulo Marcos Rodrigues de Almeida, da 1ª Vara Federal de Coxim/MS, o trabalho dos profissionais de interpretação jurídica é essencial devido à quantidade de réus estrangeiros, principalmente em subseções localizadas em áreas de fronteira. “Esses réus só conseguem participar do devido processo legal sendo capazes de se defenderem, por meio do intérprete forense”, afirma o magistrado.

Apesar de não ser uma profissão regulamentada pelo Ministério do Trabalho, podendo, então, ser exercida por qualquer pessoa, independente de formação, a atuação de um intérprete

exige estudo continuado e atualização constante. No caso do intérprete jurídico, por exemplo, além de ser bilíngue, é necessário conhecimento em Direito e preparação técnica específica decorrente de sua atuação no ambiente judiciário.

De acordo com a intérprete brasileira Flávia Lima, que trabalha nos Estados Unidos para o Tribunal de Justiça dos estados do Arizona e Flórida e para o serviço de imigração, “a pessoa tem que gostar de estudar e entender um pouco de Direito, não necessariamente ser um advogado, mas precisa entender o sistema jurídico para o qual ela está interpretando. Você não pode interpretar o que você não entende”.

Na opinião de Rafael Nascimento, que atua como intérprete na Justiça Federal de Guarulhos/SP, “o trabalho no âmbito judicial exige o conhecimento de uma linguagem bem específica”.

Apesar da atuação singular, dada a necessidade do profissional em seguir o protocolo de uma audiência, atualmente no Brasil não há cursos direcionados para a formação de intérpretes forenses. Diante dessa necessidade, a Justiça Federal de São Paulo promoveu em junho deste ano o workshop “Interpretação

Forense no Brasil”. O evento aconteceu no auditório do Juizado Especial Federal na capital paulista e foi pioneiro sobre o tema.

“A interpretação forense é totalmente diferente da interpretação de conferência, ela tem suas especificações e peculiaridades. Infelizmente não temos no país treinamento específico para ensinar o profissional como atuar dentro dos fóruns, nas audiências internacionais”, afirma a palestrante Jaqueline Neves Nordin que atuou de 2005 a 2013 como intérprete na Subseção Judiciária de Guarulhos.

Foram realizados três encontros, sendo abordados o código de ética e a padronização da conduta do intérprete forense, as diferentes modalidades de interpretação utilizadas em juízo, a importância dos critérios para a seleção dos profissionais, entre outros.

A palestrante Gladys Matthews, professora de interpretação forense no curso de mestrado da Glendon College-York University, avalia que a realização do evento foi muito importante dado o perfil da atividade. “É uma área que exige conhecimento especializado, terminologias, conhecimentos de aspectos processuais, sendo tudo isso necessário para a garantia do exercício da Justiça”.

Na análise da juíza Bárbara de Lima Iseppi, da 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP, “o trabalho do intérprete forense é fundamental para garantir exatamente o devido processo legal, proporcionando ao réu que ele consiga se comunicar e entender o que está acontecendo durante o trâmite da ação”.

Para atuar como intérprete forense na Justiça Federal de São Paulo é necessário se cadastrar através do site www.jfsp.jus.br, por meio de formulário específico e envio de minicurrículo. ■



Assista também a video reportagem desta matéria na TV Corporativa

LIVROS DIGITAIS – O NOVO CONCEITO DE LEITURA

Poucas coisas no mundo perduram há tanto tempo com grande sucesso quanto os livros. Desde o século 15, eles mexem com o imaginário das pessoas, transmitem informações, são fontes de entretenimento e disseminam ideias. São o principal responsável pelo progresso da humanidade.

E nos últimos anos, com a inundação tecnológica que o mundo vive, outro produto vem crescendo e ganhando espaço, não nas estantes das pessoas, mas em seus pen drives e HDs: os livros digitais.

Também conhecido como e-book, o livro digital é um conteúdo de informação que pode ser lido em equipamentos eletrônicos, como computadores, tablets, e-readers e smartphones.

Segundo levantamento feito pelo especialista no mercado de livros, Carlo Carrenho, no site "Publishnews", os livros digitais correspondem atualmente a quase 7% do mercado no Brasil.

Veja o gráfico abaixo.

"Antes de julgarmos estes números como baixos, vale a pena olhar a variação destes índices de 2015 para 2016. Um crescimento em mais de 50% na participação em vendas de um ano para o outro não é nada desprezível", explica Carrenho. Ele acrescenta que, embora a quantidade de vendas tenha aumentado nesta proporção, a participação no faturamento das editoras pelos e-books cresceu "somente" 23%, o que mostra, proporcionalmente, que o preço médio dos livros digitais caiu. Ao que tudo indica, a partir de agora, os dois formatos, impresso e digital, passarão a conviver juntos.

"Os leitores estão transitando cada vez mais entre os dois meios e as editoras estão investindo em ambos", afirma Thiago Machado Oliveira, gerente de marketing e e-commerce da Livraria Cultura.

A razão que livros digitais e impressos continuem a conviver harmoniosamente por um bom tempo é que cada um tem suas vantagens e desvantagens, comparando-os entre si.

"Considero que a maior vantagem do e-book sobre o impresso é a praticidade. Tanto a rapidez para comprar um livro e baixá-lo imediatamente, quanto a conveniência de poder levar centenas de publicações num só aparelho", entende Marina Pastore, gerente comercial de e-books da editora Companhia das Letras.

"O leitor de e-books pode ter acesso a diversos livros da sua biblioteca com apenas um clique, sem precisar ficar carregando livros impressos. O acesso é fácil", concorda Thiago Oliveira.

Os e-books ainda possuem outros recursos que são muito úteis para os leitores, como possibilidade de buscar palavras, fazer citações, anotações e até mesmo traduções para outros idiomas, tudo isso num único arquivo digital. "Por outro lado, para livros em que é preciso ir e voltar muitas vezes, ainda considero o impresso mais conveniente", pondera Marina Pastore.

Outro ponto a favor dos livros digitais é o menor custo de produção, comparando com seu "concorrente", o

Participação digital no número de exemplares de livros de interesse geral vendidos no Brasil





Um artigo publicado pela revista *Scientific American* divulgou uma pesquisa que aponta que a compreensão do texto na leitura em tela diminui, pois é mais cansativa mentalmente e fisicamente do que a leitura em papel. Leitura prolongada em telas brilhantes e autoiluminadas podem causar fadiga ocular, dores de cabeça e visão turva. Em um experimento realizado na Suécia, as pessoas que participaram de um teste de compreensão de leitura em computador relataram níveis mais elevados de stress do que no papel.

que acaba refletindo no bolso dos leitores. “Boa parte do processo de produção do livro é a mesma para ambos os meios. Custos como tradução, preparação de texto, revisão, arte de capa são necessários tanto para a edição impressa quanto para a digital. Entretanto, no e-book não temos os custos de impressão, distribuição e logística. Em média, o consumidor paga 30% menos nos nossos e-books do que na edição impressa do mesmo livro”, explica Marina.

Resistências

Mas se os e-books levam todas essas vantagens sobre os livros tradicionais, seria o fim das edições impressas? Definitivamente não.

Vários leitores ainda são muito resistentes quando o assunto é leitura digital. Para eles, a leitura tradicional, em papel, é mais confortável do que em uma tela. Além disso, pesquisas

mostram que a retenção de conteúdo é maior em uma superfície que reflete luz, no caso o papel, do que em uma que emite luz, como uma tela.

Em razão disso, hoje, diversos aparelhos de leitura digital, os e-readers, simulam quase que perfeitamente a leitura em papel, diminuindo o desconforto ocasionado pela iluminação do aparelho. Antes, só havia a possibilidade de leitura de livros digitais pelo monitor de PC ou notebook, o que cansava muito a vista das pessoas.

As livrarias também estão tendo que se adaptar a essa nova realidade. A possibilidade de a pessoa comprar um livro com apenas um clique, sem sair de sua casa, e já começar a lê-lo é certamente uma ameaça para as livrarias físicas, que tendem a ter menos clientes.

Thiago Oliveira, da Livraria Cultura, explica uma das estratégias de sua empresa frente a esse cenário: “Estamos levando a experiência digital tam-

bém para a loja física. Desde o início do ano, já é possível comprar um e-book em qualquer uma de nossas lojas físicas. Não queremos que o cliente saia com as mãos vazias. Se ele não encontrou o livro que queria, baixa o e-book na hora”.

Para sobreviver, as livrarias hoje são mais do que uma mera loja de livros. Também são lugar para comprar presentes, como DVDs e videogames; tomar um café; são centros de atividades culturais, com shows e palestras, entre outras funcionalidades.

O fato é que, goste ou não desse novo modelo de leitura, os e-books vieram para ficar. A cada ano, seu consumo aumenta em comparação aos livros impressos, sobretudo entre as pessoas mais jovens. A tendência é que novas tecnologias surjam, cada vez mais transformando a experiência de leitura em algo mais prático, confortável e prazeroso. ■

INCLUSÃO E RESPEITO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No material “Aprender, Respeitar e Incluir”, produzido pelo Núcleo de Saúde e disponibilizado aos juízes e servidores da Justiça Federal em São Paulo, a fundadora e coordenadora do projeto “Vamos Juntos”, grupo de lazer voltado para pessoas com deficiência intelectual (www.vamosjuntos.com.br), resume em uma palavra onde está o foco do problema: “desconhecimento”.

Maria Fernanda Almeida acredita que esse desconhecimento é causado pela segregação e pelo despreparo para acolher a pessoa com deficiência. “Somos acostumados a trabalhar e agir a partir de modelos que contemplam a maioria. Com a inclusão temos que alargar nossas perspectivas para que modelos diferentes sejam incorporados ao nosso dia a dia”, definiu.

As pessoas com deficiência, independente do grau, têm um potencial ilimitado para se tornar não o que nós queremos que sejam, mas o que elas desejam ser. No Brasil, existem hoje cerca de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.

São eleitoras politizadas que já demonstraram sua capacidade de exigir e consolidar direitos humanos com foco nas especificidades que as tornam autônomas e independentes, atuantes no mercado de trabalho e contribuintes de impostos que garantem o crescimento do país. Esse grupo também é consumidor de tudo o que há de trivial e sustenta o mercado de um conjunto de serviços e produtos de tecnologia cada vez mais sofisticados e customizados.

Inclusão no mercado de trabalho

Estigmas e preconceitos ainda são enormes obstáculos para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado

de trabalho, mas alguns avanços ocorreram nos últimos anos, notadamente devido à obrigatoriedade prevista na chamada “Lei de Cotas”.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2015, divulgada pelo Ministério do Trabalho, cerca de 400 mil pessoas com deficiência atuam formalmente no mercado de trabalho, correspondendo a um percentual de 0,84% do total dos vínculos empregatícios.

Assim, observa-se o aumento progressivo da participação nos últimos anos: 0,73% em 2013 e 0,77%, em 2014. Considerando o recorte por gênero, os dados apontam que 259 mil postos de trabalho são do sexo masculino e 144,2 mil do feminino.

A Lei Federal nº 8.213/91 completou 26 anos e foi criada para garantir às pessoas com deficiência a possibilidade de exercerem alguma atividade laboral, tornando-se beneficiárias do Programa de Reabilitação Profissional pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Ela obriga empresas com mais de 100 funcionários a reservarem de 2%

a 5% das vagas de seu quadro de efetivos para essas pessoas. “Os argumentos mais usados por quem não cumpre a lei são o alto custo para adaptar o ambiente de trabalho e a falta de qualificação profissional”, afirma a responsável nacional pelo Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti. “Hoje, temos 9,3 milhões de PCDs (Pessoas com Deficiência) que se encaixam na Lei de Cotas, para 827 mil vagas abertas”.

Em entrevista à agência Brasil, o representante da empresa Engie, Jacques Spelkens, afirmou que a “resistência por parte de algumas empresas existe, inclusive de funcionários, que pressupõem que pessoas com deficiência são menos competitivas e mais lentas, mas a inclusão delas no ambiente de trabalho prova o contrário”.

De acordo com Spelkens, as pessoas têm medo porque não sabem como lidar com as diferenças e a questão da acessibilidade. “Parte desse medo explica o baixo número de empresas que empregam pessoas com algum tipo de deficiência”. ■

Como agir na prática

Por desconhecimento ou temor de cometer erros, algumas pessoas têm dúvidas de como agir diante de uma pessoa com deficiência. Gafes são cometidas até por excesso de zelo. Não existe fórmula única, mas o é essencial aprender e respeitar. Seguem algumas dicas importantes:

- Prefira usar o termo hoje mundialmente aceito: “pessoa com deficiência (física, auditiva, visual ou intelectual)”, em vez de “portador de deficiência”, “pessoa com necessidades especiais” ou “portador de necessidades especiais”;
- Os termos “cego” e “surdo” podem ser utilizados;
- Jamais utilizar termos pejorativos ou depreciativos como “deficiente”, “aleijado”, “inválido”, “mongol”, “excepcional”, “retardado”, “incapaz”, “defeituoso”, “ceguinho”, etc;
- Se achar que ela está em dificuldades, ofereça ajuda e, caso seja aceita, pergunte como deve proceder;
- Não se acanhe em usar termos como “andar” e “correr”. As pessoas com deficiência física empregam naturalmente essas mesmas palavras;
- Fique à vontade em usar palavras como “veja” e “olhe” com um deficiente visual, pois ele também a emprega com naturalidade;
- Não guie a pessoa cega empurrando-a ou puxando-a pelo braço, basta deixá-la segurar em seu braço;
- Não é correto dizer que alguém é surdo-mudo. Muitas pessoas surdas não falam porque não aprenderam a falar. Algumas fazem a leitura labial, outras não;
- Mesmo que uma pessoa surda esteja acompanhada de um intérprete, dirija-se a ela, e não ao intérprete;
- Aja naturalmente ao dirigir-se a uma pessoa com deficiência intelectual, tratando-a com respeito e consideração. Se for uma criança, trate-a como criança; se for adolescente, trate-a como adolescente; se for uma pessoa adulta, trate-a como tal.

CONHEÇA A DISLEXIA

A dislexia é um transtorno específico de aprendizagem (TEAp) de caráter genético e origem neurobiológica, caracterizada pela dificuldade no reconhecimento da palavra, na fluência da leitura e incapacidade de soletrar e de fazer associação de sons de letras com a correspondente grafia. Estima-se que esse transtorno atinja entre 5% e 17% da população mundial.

De acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), “é na pré-escola, mais especificamente no processo de alfabetização, que os primeiros sintomas tornam-se evidentes, podendo perdurar ao longo da vida escolar caso não sejam realizadas as intervenções necessárias”.

Devido às dificuldades que a criança apresenta nessa fase, muitas vezes o transtorno é atribuído a uma má alfabetização, falta de atenção, interesse e motivação por parte do aluno e até mesmo a problemas relacionados à

condição socioeconômica, o que não é verdade.

“A dislexia não é uma doença, mas um transtorno de aprendizagem. É importante quebrar esse tabu no ambiente escolar e tomar medidas que evitem a exposição da criança. Muitos professores não conhecem a dislexia e ficam sem saber como agir”, afirma o pediatra e neurologista infantil, Clay Brites.

Ele ressalta ainda que nas áreas de saúde e educação do setor público há uma grave deficiência de profissionais capacitados a realizar uma avaliação e diagnóstico preciso. De acordo com o neurologista, “uma das medidas mais importantes é contratar e especializar profissionais para atuarem nessas áreas”.

Em relação ao diagnóstico, a Associação Brasileira de Dislexia recomenda que ele seja feito com equipes multidisciplinares, envolvendo profissionais de neuropsicologia, fonoaudiologia, psi-

copedagogia, oftalmologia, neurologia ou neuropediatria, além da necessidade de exames complementares como audiometria e processamento auditivo.

Ainda não se conhece a cura para a dislexia. O tratamento deve ser estruturado de acordo com as características específicas de cada indivíduo, até que adquira estratégias para lidar com o transtorno. Na maioria dos casos a intervenção é fonoaudiológica e/ou psicopedagógica, por tempo indeterminado.

Em adolescentes e adultos os aspectos afetivos emocionais podem encontrar-se prejudicados. Portanto, também é necessário o acompanhamento psicológico. Em virtude dessas situações, surge a importância de avaliações e intervenções precoces.

Por se tratar de um transtorno com características genéticas e hereditárias, a recomendação é que pais disléxicos observem atentamente o desenvolvimento de seus filhos. ■



Os sintomas da dislexia variam de acordo com diferentes níveis de gravidade.

Entre os mais comuns estão:

- Dificuldades para ler, escrever e entender textos escritos;
- Troca de letras, inversão, omissão ou acréscimo de sílabas (disgrafia);
- Dificuldade para reconhecer símbolos e conceitos matemáticos (discalculia);
- Dispersão;
- Dificuldade de aprender rimas e canções;
- Fraco desenvolvimento da coordenação motora;
- Falta de interesse por leitura;
- Dificuldade em copiar de livros e da lousa;
- Confusão para nomear entre esquerda e direita;
- Dificuldade em manusear mapas, dicionários, listas telefônicas etc.;
- Dificuldade em nomear objetos e pessoas (disnomias);
- Dificuldade em organização;
- Aspectos afetivos emocionais prejudicados.



Barueri – 44ª Subseção



Subseção Judiciária de Barueri

Localizado na região metropolitana da Grande São Paulo, Barueri é rica em história e importância para o estado. Embora tenha sido fundada somente em 1948, o local onde hoje é o município foi ocupado no século 16 por jesuítas liderados pelo Padre José de Anchieta. Na ocasião, o também fundador da cidade de São Paulo criou o aldeamento de Barueri, onde construiu a capela Nossa Senhora da Escada, atualmente a padroeira do município.

O nome Barueri é uma mistura da palavra francesa “barrière”, que significa barreira, com o termo indígena “mba-ruery”, que quer dizer rio encachoeirado. Posteriormente, o município ganhou o apelido de “flor vermelha que encanta”, em razão do grande número de hibiscos que margeavam o rio que atravessava a aldeia.

Após resistir aos frequentes ataques de bandeirantes que rumavam para o interior do estado, aprisionando índios para utilizá-los como mão de obra, a aldeia conseguiu crescer. Em 1875, ganhou uma estação ferroviária, tornando-se importante entreposto de cargas. Naquela época, Barueri pertencia ao município de Santana do Parnaíba.

No século 20, já emancipada, Barueri não parou de crescer. A partir de 1973, o município aprovou a lei de zoneamento industrial, o que atraiu empresários de todo o país, que instalaram indústrias na região. O bairro de Alphaville, atualmente, é a principal fonte de arrecadação de impostos da cidade.

Justiça Federal

Apesar de toda sua pujança econômica, Barueri virou sede da Justiça Fe-

deral somente no ano de 2014. No dia 16 de dezembro daquele ano, o então presidente do TRF3, Fábio Prieto, inaugurou a 44ª Subseção Judiciária da JFSP, a última do estado, com a instalação das 1ª e 2ª Varas Federais e da 1ª Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal.

Na ocasião, cerca de 40 mil processos que tramitavam na Justiça Estadual foram redistribuídos ao novo Fórum Federal. Com a instalação, a população de oito municípios da região não precisou mais se deslocar para São Paulo, Osasco ou Sorocaba para ajuizar causas de competência da Justiça Federal.

A 44ª Subseção Judiciária compreende os municípios de Araçariguama, Barueri, Itapevi, Jandira, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Roque e Vargem Grande Paulista. Atualmente, a juíza federal Débora Cristina Thum responde como diretora da Subseção.

Museu da Bíblia



Turismo

Parque Municipal Dom José – Com uma área de 90 mil metros quadrados, além de diversas churrasqueiras, pista de skate, centro de eventos, um lago com pedalinho, campo de futebol, quadras poliesportivas, o parque também conta com uma mini cidade com casas de bonecas e tanque de areia. Também são oferecidas gratuitamente pesca esportiva, aulas de yoga e dança de salão. Nos finais de semana, o Centro de Eventos serve de palco para shows musicais com apresentações de grupos locais. Rua Ângela Mirella, s/n, Vila Porto, Barueri.

Museu da Bíblia – Inaugurado em 2003 pela Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), o Mubi tem o objetivo de promover o conhecimento da Bíblia, enfatizando seus vários aspectos: culturais, éticos, religiosos e acadêmicos. Em uma área de 900 m², integrada a um Centro de Eventos, ele também abriga uma Biblioteca, com mais de 17 mil títulos. Já sua área de exposição, totalmente interativa, conta a história da tradução da Bíblia para a língua portuguesa. Funciona diariamente na Avenida Sebastião Davino dos Reis, 672, Barueri. Entrada gratuita.

Feira de Arte e Artesanato (Feirarte) - Na Feirarte, o visitante encontra mais de 80 barracas com produtos produzidos em madeira, pedrarias, assim como patchwork e reciclados, além de praça de alimentação com pratos típicos e área de lazer para as crianças. Funciona todos os sábados, das 9h às 18 horas, sobre o bulevar central, entre as avenidas Henriqueta Mendes Guerra e 26 de Março - centro de Barueri.

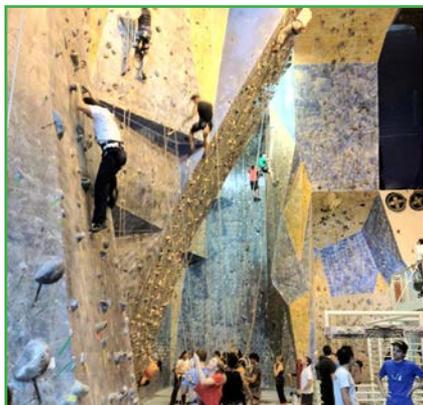
Santana de Parnaíba – O centro histórico da cidade, com seu clima colonial, conserva 209 edificações dos séculos 17, 18 e 19, tombadas pelo Patrimônio Histórico, um dos motivos que geraram o apelido de “Ouro Preto paulista”. Duas legítimas representantes desse casario estão no agradável Largo da Matriz: a Igreja Matriz de Sant’Ana, erguida em estilo eclético em 1580 e reconstruída em 1880, e a Casa do Anhanguera, antiga residência do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva.

Ski Mountain Park – Pista de esqui e snowboard; arvorismo; pista de patinação ecológica; paintball; arco e flecha; teleférico. Tudo isso e muito mais pode ser encontrado no parque que fica na Estrada da Serrinha, 1500, em São Roque. O Ski ainda oferece a oportunidade de uma linda vista panorâmica do município. No site <http://www.skipark.com.br> você encontra informações sobre preços, horários e como chegar. ■

Sky Mountain Park



EVENTOS E CULTURA



ESPORTE

A Casa de Pedra é o maior ginásio de escalada esportiva do país com paredes de até 14m de altura e mais de 100 vias de escalada guiada, top rope e Boulder. Para escalar apenas um dia é possível fazer “uma diária” pelo valor de R\$ 69,00 com equipamentos inclusos, na qual se aproveita o dia todo, sem limite de tempo ou quantidade de subidas.

Casa da Pedra – Rua Venâncio Aires, 31, Pompéia, São Paulo/SP
Segunda a sexta-feira, das 6 às 23h / sábados e domingos, das 14 às 20h 



BALONISMO

Boituva é uma das cidades que mais oferece passeios de balão no Brasil. No interior de São Paulo, algumas cidades ficaram famosas por ter esse tipo de passeio: Indaiatuba, Itupeva, Piracicaba e, por fim, Boituva, porque lá fica o Centro Nacional de Paraquedismo. São várias empresas que oferecem o serviço.

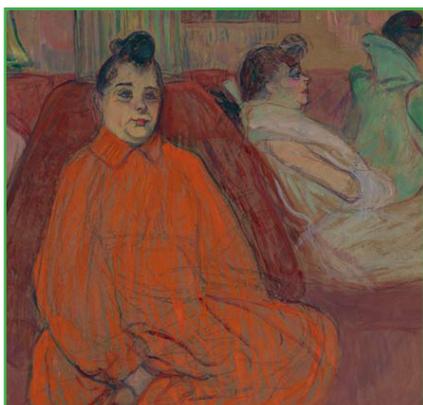
Os voos são realizados geralmente aos sábados, domingos e feriados com saídas na altura do Km 116 da Rodovia Castelo Branco.



CULINÁRIA

A tradicional Festa de Achiopita é uma homenagem à padroeira do bairro do Bixiga e busca reavivar a cultura italiana tão inerente em nosso país. Mais de trinta barracas são instaladas nas ruas 13 de Maio, São Vicente e Doutor Luís Barreto divididas entre culinária, com pratos que vão do tradicional espaguete aos antepastos.

97ª Festa de Nossa Senhora de Achiopita – De 5/8 a 3/9/2017.
Bairro do Bixiga – São Paulo/SP . 



EXPOSIÇÃO

“Toulouse-Lautrec em vermelho” é a mais ampla mostra do pintor pós-impressionista no Brasil e conta com 75 obras emblemáticas do artista, entre pinturas, cartazes e gravuras. Elas abordam a noite parisiense de forma diversificada, com cenas de apresentações em cabarés, danças em bares, bailes de máscaras e outros locais frequentados pelo artista. A mostra também traz cenas de interiores das maisons closes, os bordéis da época, com suas trabalhadoras.

Museu de Arte de São Paulo (MASP) – De 30/6 a 1/10/2017. 

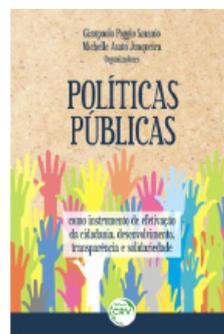
LIVROS E FILMES



Delação Premiada - A Atuação do Estado e a Relevância da Voluntariedade do Colaborador com a Justiça

Assunto: Direito
Autor: Leonardo Dantas Costa

O livro tem como ponto fundamental o estudo da voluntariedade da colaboração premiada, por meio da análise do que é a vontade efetiva e de como é possível identificá-la. Propõe uma compreensão ampla através da análise de sua aplicação no Direito estrangeiro (especificamente Itália, Alemanha, Argentina e na common law) e de sua evolução histórica no cenário jurídico nacional.



Políticas Públicas como Instrumento de Efetivação da Cidadania

Assunto: Direito
Organizadores: Gianpaolo Poggio Smanio - Michelle Asato Junqueira

A obra foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O título reúne discussões acerca da dinâmica imperfeita da regulação jurídica das políticas públicas e a sua eficácia social. A organizadora Michelle Asato Junqueira é diretora do Núcleo da Escola de Servidores da JFSP.

CINEMA



O FILME DA MINHA VIDA

Data de lançamento: 3 de agosto de 2017 (1h 53min)
Direção: Selton Mello
Elenco: Johnny Massaro, Vincent Cassel, Bruna Linzmeyer
Gênero: Drama
Nacionalidade: Brasil

O jovem Tony (Johnny Massaro) decide retornar a Remanso, Serra Gaúcha, sua cidade natal. Ao chegar, ele descobre que Nicolas (Vincent Cassel), seu pai, voltou para França alegando sentir falta dos amigos e do país de origem. Tony acaba tornando-se professor, e vê-se em meio aos conflitos e inexperiências juvenis.

Fonte: Adoro Cinema

HOME VÍDEO



CÃES DE GUERRA

Data de lançamento: 8 de setembro de 2016 (1h 55min)
Direção: Todd Phillips
Elenco: Miles Teller, Jonah Hill, Ana de Armas mais
Gêneros Comédia, Drama, Guerra
Nacionalidade EUA

David Packouz (Miles Teller) leva uma vida tranquila em Miami, é casado e vai ter um bebê. Efraim (Jonah Hill) tem um negócio lucrativo e, vendo que David vem passando por dificuldades financeiras, resolve chamar o amigo de infância para trabalhar com ele. Os dois, que na adolescência já foram presos fumando maconha, entram numa nova jornada juntos, descobrindo um enorme mercado de venda de armas.



Programa de Gestão e Inovação iNovaJusp

acesse os detalhes do programa em

www.jfsp.jus.br/inovajusp/

